

WEBER, Ingrid. 2006. *Um copo de cultura: os Huni Kuin (Kaxinawá) do rio Humaitá e a escola*. Rio Branco: Edufac. 255pp.

Cecilia McCallum

UFBA

O livro de Ingrid Weber oferece muito do que é "bom para pensar", sobretudo no que diz respeito aos diversos significados e utilidades de "cultura", entendida como categoria "nativa", mas também numa perspectiva teórica. Trata-se de um estudo etnográfico de um caso específico, uma contribuição valiosa à literatura antropológica sobre educação no Brasil. Seu tema principal é a educação escolar indígena, vista através de uma contextualização histórica. Além de uma excelente adição à crescente bibliografia sul-americana sobre educação indígena, representa uma contribuição original à etnologia, à etno-história e à história regional, pois trata de uma área e de um subgrupo dos Huni Kuin (mais conhecidos como Kaxinawá), do estado do Acre, sobre o qual nada de peso havia sido publicado até então: os moradores do rio Humaitá, tributário do rio Muru da bacia do Tarauacá.

O cenário atual é habilmente contextualizado na primeira parte do livro, dedicada à história da colonização e da subjugação dos Kaxinawá do Humaitá ao sistema de aviação nos seringais, implantados nas suas terras no começo do século XX. Vítimas de perseguições (ataques e massacres organizados), alguns dos sobreviventes fugiram e outros começaram a trabalhar para os "patrões" na condição de *debt-slaves* — "escravos de endividamento". Até a segunda metade do século, a maior parte do grupo em foco vivia dispersada em "colocações" e seringais distantes, só vindo a reagrupar-

se após 1977, quando o Estado começou a reconhecer no Acre a existência de povos indígenas, com direito a territórios próprios.

Como os demais povos do Acre, os Huni Kuin do Humaitá participam do recente movimento político e social pró-direitos indígenas, defendendo o direito à terra, à autonomia econômica, à participação e à representação política, e ao apoio do Estado, sobretudo nas áreas de saúde e educação. Weber mostra o papel central do desenvolvimento da educação indígena neste movimento, detalhando a participação dos professores e das lideranças Huni Kuin e descrevendo a atuação imprescindível das ONGs regionais, especialmente a Comissão Pró-Índio do Acre. Essa organização, o "CPI-AC", é responsável por uma das mais bem-sucedidas iniciativas em educação indígena no Brasil, através de um projeto que teve seu início em 1977, levando, inclusive, a uma primeira intervenção na área do Humaitá em 1978, documentada no livro. Weber explora as distintas fases da educação escolar nessa área nas décadas seguintes, e também a participação do CPI.

Nesse período, a população cresceu, a agilidade e a atuação política das lideranças no cenário regional aumentaram, um número cada vez maior de Huni Kuin foram alfabetizados e a escola tornou-se uma instituição central para a "comunidade". Atualmente, os povos indígenas do Acre estão inseridos num processo social e político em que o "movimento pró-cultura" tem papel de destaque, como ocorre em outras regiões do Brasil. Weber focaliza este movimento a partir das suas manifestações na Terra Indígena do Humaitá e na região da cidade de Tarauacá.

A noção de "cultura" — ou melhor, as distintas noções de "cultura" que estão em jogo quando se trata de povos indíge-

nas e de educação indígena — compõe o tema principal do livro. Como a autora demonstra com habilidade, nesse âmbito, o processo político, fruto da história de escravização nos seringais e da subseqüente emergência das áreas indígenas autônomas, está intimamente envolvido na constituição de uma noção própria de "cultura". Práticas desenvolvidas em tempos pré-colonização, como contar mitos, cantar músicas, montar rituais e participar deles ou tomar ayahuasca, são revalorizadas e "investigadas" pelos novos professores Huni Kuin e aplicadas no desenvolvimento de um programa de educação bilingüe. Este processo de inovação, a partir de uma base de formas culturais preestabelecidas, rapidamente aparece como uma maneira eficaz de constituir "comunidades". Weber mostra com clareza, carinho e, às vezes, poesia as formas assumidas pelo "fazer comunidade" no Humaitá através da nova instituição — a escola — e desta nova velha "cultura".

Um copo de cultura pertence à nova geração de estudos dos povos amazônicos que, por entenderem que a "cultura" é dinâmica e está em constante evolução, tratam com cautela noções estáticas ou essencializantes de "cultura". Weber desmistifica o enfadado pressuposto de que a chegada de colonizadores não-indígenas necessariamente encadeou um processo de "aculturação" em que os povos indígenas "perderam" rapidamente a sua cultura. Através de tal perspectiva, a história dos Kaxinauá do Humaitá poderia ser interpretada como um processo de desculturalização, seguido de um processo de "resgate cultural". Weber mostra uma outra história, mais complexa e rica, na qual os Kaxinauá do Humaitá enfrentaram, e ainda enfrentam, a presença dos invasores de um modo consciente, criativo e dialógico, construindo a sua cultura local cotidianamente, numa

rede de sociabilidades que ora abraça os "estrangeiros", suas práticas, discursos e poderes, ora os rechaça. Nesse caminho, encontraram e reinventaram noções como "progresso", "resgate cultural" e "tradição", tornando-as categorias nativas emergentes.

Ao tratar da criatividade indígena em face da presença e da intervenção dos brasileiros não-indígenas, Weber vai além de um simples estudo de discurso ou de categorias nativas, ao descrever etnograficamente e analisar as práticas por ela observadas nas escolas Huni Kuin. Assim, ela consegue entender de um modo delicado o que, à primeira vista, poderia ser interpretado apenas como sinal da "modernização", da presença invasiva de uma outra civilização no cerne da vida indígena. Ela revela a continuidade lógica e a prática entre novos modos de ensino e aprendizagem e os que antecederam a introdução das escolas. Exemplo disto é a maneira com que os professores mantêm uma lógica pedagógica propriamente indígena, adaptada ao ambiente escolar e ao ensino da leitura e da escrita. Ao aproveitar a rica literatura já existente sobre os Huni Kuin de outras áreas, parentes daqueles do Humaitá, Weber mostra que a metodologia de ensino empregada pelos professores segue formas estabelecidas anteriormente na aprendizagem, as quais caracterizam práticas fora da escola; estas enfatizam a repetição, a observação e o envolvimento corporal. Mais, ela demonstra que isto acontece a despeito das tentativas dos instrutores do CPI de instaurarem ou sugerirem abordagens distintas, que julgam ser mais dinâmicas ou apropriadas.

Como antropóloga, eu devo a minha própria formação ao povo que é conhecido como Kaxinauá, mas que se autodenomina Huni Kuin, expressão que pode ser traduzida como "Gente Verdadeira"

ou "Ser Humano". Ao escrever sobre eles, eu tratei de entender a produção de pessoas Huni Kuin, atividade consciente e constante, central para a criação de socialidade. Por isso, não posso deixar de fazer um último comentário. A criação e a formação de pessoas verdadeiras, ou seja, realmente Huni Kuin, capazes de participar plenamente das atividades produtivas e reprodutivas consideradas próprias do povo, giram em torno de uma dinâmica complexa de gênero. Embora Weber documente a atuação de meninos e meninas, homens e mulheres nas escolas dos Huni Kuin do Humaitá, ela deixa de focalizar gênero como um tema que merece especial discussão. De fato, há uma lacuna na literatura sobre educação indígena quanto a questões ligadas ao tema "gênero". São raras as análises dos efeitos da inserção diferenciada de mulheres e homens, meninas e meninos nos processos políticos, sociais e econômicos que acompanharam a chegada da educação escolar nas terras indígenas. A etnografia no livro mostra a relação assimétrica dos gêneros em relação à escola, deixando claro que há uma preponderância de homens entre estudantes e professores.

Evidentemente, a possibilidade do surgimento de uma situação estrutural de desigualdade de gênero é um tema que demanda atenção. Mas penso também em outra questão relacionada ao assunto. Ao focalizar gênero a partir de uma perspectiva indígena, seria possível pensar a relação entre "educação indí-

gena" (no sentido de teorias e práticas próprias sobre a formação das pessoas) e educação escolar para indígenas. Para os Huni Kuin, como para outros povos amazônicos, a produção de socialidade depende da interação entre "pessoas verdadeiras", ou seja, homens e mulheres que adquiriram agências de gênero distintas e complementares, capacitando-os para produzir, reproduzir e exercer capacidades e poderes incorporados durante o longo processo de crescimento e de aprendizagem.

Pergunta-se: qual é a relação entre os entendimentos e as perspectivas indígenas, de um lado, e o projeto "escola para índios", do outro, quanto às diferenças de gênero produzidas nas pessoas durante o processo de sua criação e formação? E de que maneira a escola interfere no processo de adquirir agência, nesse sentido "generalizado", e como isso afeta a produção de socialidade? E, ainda, no que diz respeito à objetivização e à manipulação de "cultura" no "movimento pró-cultura", muitas vezes outorgadas à agência masculina, como se inserem na dinâmica de gênero? É claro que estas são questões que merecem um estudo à parte.

Apresento estes comentários apenas para sinalizar os possíveis caminhos de investigação e discussão sugeridos pelo trabalho em foco. Weber está de parabéns por nos oferecer um livro tão rico e estimulante. Ele esclarece uma série de questões enquanto abre caminhos para se pensar em outras tantas.